



ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ



COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 003/2026.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026

A **COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Içá/AM, torna público a abertura da licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 136/2025- GPMSAI de 26 de maio de 2025 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026, tipo menor preço global, tendo como objeto a **Contratação de Empresa de Engenharia para Aquisição de um veículo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Santo Antônio de Içá/AM, conforme Termo de Convênio nº 09/2025-SEC;**

No dia **12/03/2026 às 11h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**, através do endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

O Edital da Pregão Eletrônico está disponível no site: www.comprasnet.gov.br, Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e Portal de Transparência do Município de Santo Antonio do Içá/AM e poderá ser adquirido em formato PDF através de ofício/requerimento assinado sem custos através do e-mail: licitacoescontratos.sai@gmail.com.

Santo Antonio do Içá/AM, 25 de fevereiro de 2026.

Tiago da Silva Garcia
Agente de Contratação



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026**

1- PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE IÇÁ/AM, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE IÇÁ/AM REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, NA FORMA ELETRÔNICA, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E DECRETO Nº 136/2025-GPMSAI – DE 26 DE MAIO DE 2025, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

2- DA SESSÃO PÚBLICA DA PREGÃO ELETRÔNICO

2.1- A sessão pública será realizada no site www.comprasnet.gov.br, serão observados os seguintes horários (Brasília/DF) e datas para os procedimentos, que seguem:

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 148.900,00 (cento e quarenta e oito mil e novecentos reais).

DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 12 de março de 2026 às 11:00 hs (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

SITE PARA A REALIZAÇÃO DO CERTAME:

<https://comprasnet.gov.br>

Impugnações e Esclarecimentos: até 03 (três) dias úteis do início do certame, conforme este edital.

3- DO OBJETO

3.1- Constitui objeto da presente licitação a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa especializada **Aquisição de um veículo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Santo Antônio de Içá/AM, conforme Termo de Convênio nº 09/2025-SEC**, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos (Termo de Referência e outros).

3.2- A aquisição deverá ser realizados em conformidade com os quantitativos e as especificações, constantes no Termo de Referência anexo a este deste edital.





O critério de julgamento adotado será o menor preço global, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

4- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1- As despesas decorrentes da execução do objeto, correrão por conta da dotação orçamentária a ser disponibilizada na Nota de Empenho e Contrato a ser assinado;

5- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

5.1- Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

5.2- A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO deverão ser feitos exclusivamente por forma eletrônica no sistema www.comprasnet.gov.br.

5.3- A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras do Governo Federal no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.4- Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5.5- As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

5.6- A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

5.7- As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

5.8- As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.comprasnet.gov.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

5.9- A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

5.10- Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

6- DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME





6.1- Poderão participar do presente certame, empresas interessadas, do ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.comprasnet.gov.br.

6.2- Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021. A empresa que quiser utilizar-se do benefício deverá juntar declaração conforme anexo III ou certidão simplificada.

6.3- Não poderão participar deste certame:

6.3.1- Empresa suspensa de contratar com o Município de Santo Antônio de Içá/AM e declarada inidôneas;

6.3.2- Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Edital.

6.3.3- Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.3.4- Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.3.5- Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.3.6- Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

6.3.7- Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.3.8- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

6.4- A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

6.5- Como condição para participação no certame, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações as quais não serão necessárias anexar aos documentos de habilitação pois estarão visíveis em ata, sendo que a não declaração é passível de desclassificação, com exceção a declaração da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.5.1- Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.





6.5.2- Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5.3- Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

6.5.4- Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.5.5- Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.

6.5.6- Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

6.5.7- Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.5.8- Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

6.6- A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6.7- A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

7- DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1- Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.





7.2- As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br.

7.3- O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implicará a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame eletrônico.

7.4- O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Santo Antônio de Içá/AM, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.5- É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

7.5.1- Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

7.5.2- Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

7.5.3- Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

7.5.4- Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do certame na forma eletrônica;

7.5.5- Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

8- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1- A aquisição, objeto do presente edital, deverá ser cotado indicando o valor global para a mão-de-aquisição e aquisição, a ser constituído mediante a aplicação dos preços unitários propostos nas quantidades estimadas, sendo que o valor estimado consta no termo de referência anexo ao edital.

8.2- Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total proposto, prevalecerá o primeiro, sendo que será considerada, para fins de julgamento, a soma dos valores unitários.

8.3- O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:





8.3.1- Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;

8.3.2- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.3.3- Os valores unitários não poderão ultrapassar os valores orçados pelo município.

8.4- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.5- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

8.6- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.7- O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.8- Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

8.9- O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

8.10- Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.11- Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no Termo de Referência deste Edital serão desconsiderados.

8.12- O prazo de execução deverá respeitar conforme constante no termo de referência.

8.13- Quaisquer inserções na proposta que visem a modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.14- Poderão ser admitidos, pelo agente de contratação, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

8.15- Admitir-se-á preço somente até o limite da despesa estimada, levando-se em conta os preços praticados no mercado para a respectiva marca/modelo cotados.

9- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.





9.1- A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2- O agente de contratação verificará as propostas apresentadas, conjuntamente com os responsáveis técnicos pois este são detentores dos conhecimentos técnicos contidos na proposta e posterior documentos de qualificação técnica. E após análise, será desclassificado, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.1- Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2- A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3- A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3- O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4- O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.

9.5- Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1- O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

9.6- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7- O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8- O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,5% (meio por cento).

9.9- Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.10- A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.





9.11- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.12- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.13- Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o agente de contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.14- Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo agente de contratação.

9.15- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro, assim como não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se os licitantes desistentes às sanções previstas neste Edital, salvo se decorrente de caso fortuito ou força maior, com justificativa aceita pelo agente de contratação.

9.16- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.17- No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.18- Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do agente de contratação aos participantes do certame, publicada no <http://www.comprasnet.gov.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.19- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.20- Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006.

9.20.1- Estão incluídos os licitantes que estiverem em acordo com o Decreto Municipal 136/2025-GPMSAI – de 26 de maio de 2025. Dispõe sobre o tratamento diferenciado,





favorecido e simplificado às microempresas e às empresas de pequeno porte, nas contratações realizadas no âmbito da administração municipal

9.21- Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.22- A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.23- Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.24- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.25- Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

9.26- A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.27- Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes **critérios de desempate, nesta ordem:**

9.27.1- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.27.2- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

9.27.3- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.27.4- desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

9.28- Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e aquisição produzidos ou prestados por:

9.28.1- empresas estabelecidas no território do Município de Santo Antônio de Içá/AM;

9.28.2 – empresas estabelecidas no território do Estado do Amazonas;





9.28.3- empresas brasileiras;

9.28.4- empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.28.5- empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

9.29- Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.29.1- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, dando prazo de 15 (quinze) minutos para os fornecedores, se assim quiserem rever os valores já apresentados.

9.30- Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1- Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação, juntamente com o responsável técnico, examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.2- Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável e que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório e termo de referência.

10.3- Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.3.1- Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.4- Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.5- Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.





10.6- Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinete e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.7- O agente de contratação poderá convocar o licitante para enviar **documento digital complementar**, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 30 (trinta) minutos, sob pena de não aceitação da proposta.

10.8- Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.9- Havendo necessidade, o agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.10- O agente de contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.10.1- Também nas hipóteses em que o agente de contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.10.2- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.11- Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o agente de contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.12- Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada no prazo de 01 (uma) hora, ACOMPANHADA DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:

10.12.1- Proposta de Preços, indicando o valor global da aquisição, também por extenso, mencionando o prazo mínimo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;

10.12.2- Proposta readequada ao valor final da proposta:

10.12.3- Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente a proposta da aquisição;

10.12.4- Os custos relativos ao transporte do veículo até o Município de Santo Antônio do Içá (visto que a entrega deverá ser no município contratante) deverá estar incluído, bem





como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da aquisição, não poderão ser incluídos na proposta separadamente;

10.12.5- Nos preços cotados deverão estar incluídos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

10.12.6- Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

10.12.7- Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de outras unidades genéricas.

11- DA HABILITAÇÃO

11.1- Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras do Governo Federal, e ainda nos seguintes cadastros:

11.1.1- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/) ou (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

11.1.2- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.1.3- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

11.2- A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.1- Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.2- A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.





11.2.3- O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.3- Constatada a existência de sanção, o agente de contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4- No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.5- Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal de Compras do Governo Federal, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

11.5.1- É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Portal de Compras do Governo Federal, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.5.2- O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

11.6- Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico- financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

11.7- Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 30 (trinta) minutos sob pena de inabilitação.

11.8- Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.9- Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.10- Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.





O agente de contratação solicitará na forma eletrônica, através de diligência, no prazo de 1 (uma) hora, o envio dos documentos relativo à habilitação, abaixo relacionados, da licitante vencedora, os quais serão examinados pelo Agente de contratação, equipe de apoio e responsáveis técnicos indicado pelo município detentor de conhecimento específico na área, referente aos itens 11.13 e 11.14), que verificará a conformidade com o solicitado no edital.

11.11- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.11.1- No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.11.2- Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.11.3- No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.11.4- Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.11.5- No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.11.6- No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.11.7- No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.12- HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.12.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

11.12.2- Cópia de Documento oficial com foto dos sócios (identidade, carteira de habilitação, etc..)

11.12.3- Certidão de Regularidade, da Secretaria da Receita Federal, e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional ou a Certidão Conjunta





Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; emitida pela Receita federal do Brasil;

11.12.4- Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante;

11.12.5- Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;

11.12.6- Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

11.12.7- Prova de Inscrição no cadastro de contribuinte, ICMS/ISS: Inscrição Estadual ou Municipal, caso tenha, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento. A inscrição do cadastro Estadual ou municipal deverá ser comprovado com o documento legível impresso.

11.12.8- Certidão Negativa de Débito Trabalhista em cumprimento a Lei nº 12.440/2011, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

11.12.09- Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.13- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.13.1- Comprovação de aptidão para execução da aquisição objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados acompanhado das respectivas notas fiscais, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

11.13.2- Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

11.13.2.1- Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) da aquisição acompanhado das respectivas notas fiscais, constantes neste TR.

11.13.3- Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

11.13.4- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

11.13.5- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.





11.14- HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

11.14.1- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

11.14.2- Balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrado;

11.14.3- As empresas criadas no exercício financeiro da presente contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.14.4- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.14.5- comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

11.14.6- As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

11.14.7- O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.15- DO TRANSPORTE DO VEÍCULO AO MUNICÍPIO DE CONTRATAÇÃO

11.15.1- O licitante participante deverá realizar por conta própria a cotação do frete do objeto licitado ao município de Santo Antonio do Içá, fica a encargo do licitante sua escolha da empresa legalizada que efetuará tal transporte do veículo, efetuando sua escolha e incluindo tal valor no preço de sua proposta final, não podendo efetuar está cobrança separadamente ou alegar desconhecimento desta obrigação.





11.16- DECLARAÇÕES

11.16.1- As declarações a seguir relacionadas deverão estar assinadas pelo dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração:

11.16.2- Caso a empresa pretenda se valer dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/06, deverá apresentar Declaração firmada por contador ou pelo dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, sob as penas da Lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou então, Comprovante de Inscrição no Simples Nacional ou certidão simplificada.

11.16.3- A empresa que não comprovar seu enquadramento terá presunção de renúncia às prerrogativas da referida Lei, acarretando tratamento sem respectivos privilégios.

11.16.4- Declaração de conhecimento dos locais atestando que tomou conhecimento das condições ambientais, técnicas, do grau de dificuldade dos trabalhos e dos demais aspectos que possam influir direta e indiretamente na execução do objeto do presente edital, devendo estar assinada conjuntamente com o responsável técnico da empresa, caso dispense visita técnica.

11.16.5- A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.16.6- Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.16.7- A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.16.8- Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.16.9- Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.16.10- Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.





11.16.11- Caso a empresa por lapso não anexe a documentação de habilitação ou da proposta conforme solicitado no edital, fica a critério do Agente de Contratação a abertura de prazo de até uma hora para que a empresa com a melhor proposta envie a documentação. Tal fundamento baseia-se no princípio da proposta mais vantajosa.

12- DOS RECURSOS

12.1- Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, **NO PRAZO DE ATÉ 10 MINUTOS**, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

12.2- O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. A municipalidade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos. Conforme art. 165 parágrafo 2º.

12.3- O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4- Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13- DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1- A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1- Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2- Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

13.1.3- Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2- Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1- A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.





13.2.2- A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1- Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudica e homologa a licitação.

15- DA GARANTIA

15.1- A licitante adjudicatária prestará ao Município de Santo Antônio de Içá/AM garantia para execução da aquisição no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato. A contratada deverá apresentar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, através de uma das modalidades previstas nos incisos do §1º, do art. 96, da Lei nº 14.133/2021. Caso a licitante não preste a garantia, ou a faça através de título da dívida pública, em desacordo com o que determina o dispositivo legal indicado, decairá do direito à contratação.

15.2- Havendo acréscimo ou supressão da aquisição, a garantia será acrescida ou devolvida, conforme o caso, guardada, em todas as hipóteses, proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

15.3- O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei 14.133/21.

15.4- O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

16- DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1- Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2- O adjudicatário terá o prazo de até 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, e deverá apresentar os seguintes documentos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

I- Declaração, assinada pelo representante legal do licitante, com a indicação do profissional (nome completo e qualificação), que será o responsável técnico pela execução da aquisição objeto do presente edital.





16.3- Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de até 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.4- O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.5- O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.5.1- Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

16.5.2- A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.5.3- A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.6- O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

16.7- Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.8- Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17- DO REAJUSTE

17.1- As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo I a este Edital.

18- DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1- Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo I a este Edital.

19- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA





19.1- As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20- DO PAGAMENTO

20.1- As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1- Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

21.1.2- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.3- Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.4- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.5- Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, sendo que considerar-se-á retardamento o atraso até o limite de 15 dias, após este período será considerado inexecução total.

21.1.6- Apresentar declaração ou documentação falsa;

21.1.7- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.8- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.9- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.10- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

21.2- O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3- A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.4- Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.





21.5- Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município de Santo Antônio de Içá/AM, as sanções administrativas previstas no ITEM 21.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

21.6- DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO – Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

21.6.1- PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

22- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1- Da sessão pública do Pregão Eletrônico divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação.

22.3- Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4- No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade





jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6- As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7- Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10- O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11- A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.12- Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.13- O Município de Santo Antônio de Içá/AM, poderá revogar está Pregão Eletrônico por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.14- A anulação da Pregão Eletrônico induz à extinção do contrato.

22.15- A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.16- É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase desta Pregão Eletrônico, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.17- O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br, e portal de transparência do município de Santo Antonio de Içá e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Álvaro Maia, s/n – Centro – Santo





Antônio do Içá – AM CEP: 69.680-000, nos dias úteis, no horário das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

22.18- Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Santo Antônio de Içá/AM, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

22.19- Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL;

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO.

ANEXO V – TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS;

Santo Antônio de Içá/AM, 25 de Fevereiro de 2026.

Tiago da Silva Garcia
Responsável pela elaboração do Edital
Agente de Contratação





ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026

SESSÃO PÚBLICA: 12/03/2026, ÀS 11h00MIN

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO(<input type="checkbox"/>)						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			FAX:			
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:			
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:						
ITE NS	DESCRIÇÃO	MAR CA	QUAN T.	UNIDA DE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: DECLARA QUE:
ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE
AQUISIÇÃO E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS,
SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS
GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM
EMBALAGENS ADEQUADAS.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.

PRAZO DE INÍCIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DA AQUISIÇÃO DE
ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO
EDITAL DESSE PROCESSO.

QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.





QUE O PRAZO DE INÍCIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR. TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.





ANEXO II – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026
[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.)],
ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO
REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR
DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX],
DECLARA, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS
BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR
EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº
14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES
DESTA, SER:

() MICROEMPRESA – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E
ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS
POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO
§ 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00
E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES, ESTANDO APTA A FRUIR OS
BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR
EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE
ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE
2006;

A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO
ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº
123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO
DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL NOME E ASSINATURA DO
CONTADOR / CRC



ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], DECLARA, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE TEM CONHECIMENTO DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO LICITADO, TOMANDO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS, TÉCNICAS, DO GRAU DE DIFICULDADE DO FORNECIMENTO DO OBJETO LICITADO COM TRANSPORTE E DOS DEMAIS ASPECTOS QUE POSSAM INFLUIR DIRETA E INDIRETAMENTE NA EXECUÇÃO DO OBJETO DO PRESENTE EDITAL.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N° XXXX/2026-GPMSAI

PROCESSO N° 003/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE IÇÁ/AM E EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE IÇÁ/AM, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.532.057/0001-92, com sede na Avenida Álvaro Maia, s/n.º, Santo Antônio de Içá/AM, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **WALDER RIBEIRO DA COSTA**, brasileiro, casado, com seu CPF sob nº 077.XXXXXXXXX-72, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, devidamente inscrita no CNPJ nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, estabelecida na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** pelo seu representante infra-assinado **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, residente na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos da Pregão Eletrônico nº 003/2026, Processo nº 003/2026, e dos dispositivos instituídos pela Lei Federal nº 14.133/2021, e demais disposições legais pertinentes às quais se sujeitam, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

1.1- Constitui objeto do presente contrato a Contratação de empresa especializada **Aquisição de um veículo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Santo Antônio de Içá/AM, conforme Termo de Convênio nº 09/2025-SEC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos aos quais os interessados devem-se submeter sem quaisquer restrições.

A presente contratação será por adjudicação de empreitada global, com o fornecimento da aquisição necessários ao fiel cumprimento do contrato.



1.2- DA MATRIZ DE RISCO

Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

- a) Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Edital, especialmente no que diz respeito à capacitação técnica operacional da empresa.
 - b) Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente os relacionados a erros de projetos e/ou orçamento estimativo.
 - c) O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração.
 - d) A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente.
 - e) Atrasos na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais
- Alterações no projeto básico/ executivo inicialmente contratados, por solicitação da Contratante.
- f) Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, que sejam relevantes.
- Risco de inadimplência da Contratante.

1.3- Constituem riscos a não serem suportados pelo(a) contratado(a):

- a) Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças que compõe a contratação, que sejam irrelevantes;
- b) Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos ou especificações que compõe a contratação, em que a obrigação de fazer pela Contratada esteja expressamente estipulada no instrumento convocatório e/ou seus anexos.
- c) Diferença entre os quantitativos do orçamento e os quantitativos que serão efetivamente executados na aquisição, devido a incertezas inerentes ao objeto.
- d) Preços de insumos que compõe a execução do objeto abaixo do preço de mercado.
- e) Execução da aquisição com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com normas técnicas e legislações vigentes.
- f) Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução a aquisição.
- g) Ocorrência de roubos e furtos na aquisição.
- h) Aumento nos custos de quaisquer dos insumos que compõem a execução da aquisição, não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, ensejando aumentos de custos superiores aos índices de reajuste contratual.
- i) Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1- O presente contrato tem o preço global de **R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme detalhado na planilha de orçamento anexa.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação da aquisição.

2.2- O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após apresentação dos boletins de medição compatíveis com as etapas executadas, acompanhados das respectivas Notas Fiscais detalhando a aquisição prestada, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, termo de referência e seus anexos, por meio de depósito bancário ou transferência bancária.

2.3- É requisito prévio para pagamento das faturas o envio, à tesouraria do CONTRATANTE, os seguintes documentos:

2.4- Antes do primeiro pagamento, informar e manter atualizado, junto (Secretaria da Fazenda), o banco, o nº da agência e o nº da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da empresa licitante vencedora.

2.5- Fornecer cópia dos comprovantes mensais de recolhimento do INSS da matrícula da aquisição, do recolhimento da guia mensal do FGTS da empresa, da GEFIP mensal e, do “diário de aquisição”, desde o início da aquisição. Apresentar a Certidão de Regularidade, da Secretaria da Receita Federal, e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional ou a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Receita Federal do Brasil; Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante; Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante; Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; Certidão Negativa de Débito Trabalhista em cumprimento a Lei nº 12.440/2011, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidão>).

2.6- Fornecer a folha de pagamento e o rol assinado pelos funcionários, ou recibos de pagamento com as assinaturas dos mesmos, contendo a nominata da totalidade dos funcionários da empresa alocadas para execução da aquisição contratada.

2.7- Encaminhar o boletim de medição devidamente assinado por técnico da empresa contratada, responsável pela aquisição.

2.8- Encaminhar o boletim de vistoria da aquisição, devidamente assinada pelo Fiscal do Município.



2.9- Os pagamentos somente serão efetuados mediante a retenção, se cabíveis, do INSS, conforme Instrução Normativa nº 100/2003, e do ISS, conforme Decreto Municipal.

2.10- O Município procederá à retenção na fonte do Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR quanto aos pagamentos efetuados à CONTRATADA, sempre que cabível, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e do Decreto Municipal.

2.11- O CONTRATANTE antes do pagamento da última parcela fará a retenção de 10% (dez por cento) do valor da aquisição, até que a documentação abaixo relacionada seja fornecida ao Setor de Contabilidade:

a) apresentação da Certidão Negativa de Débito da CND aberta para execução da aquisição.

apresentar a Certidão de Regularidade, da Secretaria da Receita Federal, e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional ou a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Receita federal do Brasil; Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante; Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante; Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; Certidão Negativa de Débito Trabalhista em cumprimento a Lei nº 12.440/2011, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>) e Declaração de aceite do responsável pela fiscalização do contrato.

b) documentação referente aos comprovantes de recolhimento mensal do INSS da matrícula da aquisição, do recolhimento da guia mensal do FGTS da empresa, e da GEFIP mensal.

c) apresentação do Termo de Recebimento Definitivo da Aquisição, devidamente assinado pelo Fiscal do Município.

2.12- E ainda, para fins de pagamento a empresa deverá seguir as seguintes orientações:

a) Ficam obrigadas, as pessoas jurídicas, a informar, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, o enquadramento legal e o percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço a que se sujeitam à retenção do IR, sobre o valor total do documento fiscal, o referido embasamento e percentual deverá constar no corpo da nota fiscal.

b) As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou aquisição.

2.13- Poderá o Município de Santo Antônio do Içá/AM compensar multas aplicadas com valores contratados e ainda não pagos.

2.14- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou

inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

2.15- A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento desses encargos e não poderá onerar o objeto do contrato.

2.16- Em caso de reclamatória trabalhista contra a CONTRATADA em que o Município seja(m) incluído(s) no polo passivo da demanda, independente da garantia ofertada, será retido, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

3.1- O Prazo de vigência do presente Termo de Contrato será de XX (XXX) meses a contar a partir de XX de XXXXX de 2026, findando o prazo em XX de XXXXXX de 2026.

3.2- O prazo de execução e conclusão do objeto do contrato será conforme Termo de Referência anexo a este termo de Contrato que será contado o prazo a partir da emissão da ordem de aquisição.

3.4- O prazo de vigência será prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, conforme previsão do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

3.5- A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

3.6- A CONTRATADA poderá solicitar reequilíbrio econômico-financeiro de item(ns) da planilha de orçamento apresentada junto à proposta de preço, a qualquer momento, desde que devidamente comprovado. O Município fará análise da solicitação de reequilíbrio, que poderá implicar a revisão dos preços para mais ou para menos, conforme o caso.

3.7- Em caso de alteração de quantitativo, reajuste ou reequilíbrio aplicar-se-á o que for disposto no contrato mediante aditamento.

3.8- Quaisquer supressões ou acréscimos da aquisição que porventura ocorram serão calculados pelos custos unitários da proposta inicial e mediante aditamento ao contrato.

3.9- O valor do contrato será reajustado pela variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou outro que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



4.1- As despesas referentes a aquisição objeto do presente contrato serão empenhadas nas suas respectivas rubricas para o ano de 2026, para a Contratação de empresa especializada Aquisição de um veículo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Santo Antônio de Içá/AM, conforme Termo de Convênio nº 09/2025-SEC.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

XXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

5.1- Receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado.

5.2- Receber o objeto e lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo.

5.3- Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

5.4- Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

5.5- O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.6- Exigir o exato cumprimento do objeto e das cláusulas contratuais;

5.7- Atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo término da prestação da aquisição do objeto deste contrato;

5.8- Aplicar à CONTRATADAS penalidades, quando for o caso;

5.9- Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.10- Fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidor ou de equipe de servidores, designado(s) mediante portaria específica.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:



6.1- A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.2- Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão de aquisição empregada na aquisição, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e, por tudo mais que, como empregadora, deve satisfazer;

6.3- Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens, objeto desta contratação;

6.4- Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e para fiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de aquisição especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária.

6.5- Indenizar terceiros e ao CONTRATANTE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/21;

Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.6- Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

6.7- Manter atualizados, junto ao Município, os dados cadastrais, com endereço completo, telefone e endereço de correio eletrônico (e-mail), dentre outras informações indispensáveis à comunicação entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, de modo a viabilizar as convocações, intimações e notificações quando se fizerem necessárias;

6.8- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto deste contrato, até o limite legal;

6.9- Executar o objeto com boa qualidade, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, no edital e seus anexos;

6.10- Disponibilizar os equipamentos exigidos, ferramentas, materiais, pessoal devidamente habilitado e o que mais se fizer necessário para a execução do objeto;

6.11- Respeitar e exigir que o seu pessoal observe e respeite as normas sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, devendo fornecer aos seus empregados, quando necessário, os EPI's de segurança;

6.12- Arcar com os custos de combustível e manutenção dos equipamentos que porventura necessite utilizar;



6.13- Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133/ de 2021.

6.14- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

6.15- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei.

6.16- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução do objeto;

6.17- Atuar no presente contrato em conformidade com a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

6.18- Indicar, no ato da assinatura do contrato, 01 (um) preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-la junto ao CONTRATANTE, em tudo o que se relacionar com o objeto do contrato.

6.19- Deverá, ainda, informar o(s) número(s) de telefone, o endereço de correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outro meio de comunicação que permita a agilidade no contato para o atendimento;

6.20- Apresentar comprovante de renovação da garantia de execução do contrato, no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, contados da data da assinatura do aditivo, em caso de prorrogação contratual;

6.21- A CONTRATADA obriga-se a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis relacionados ao objeto contratado e a prestar todas as informações solicitadas aos servidores do CONCEDENTE, aos órgãos de controle interno e externo da União, bem como aos funcionários da MANDATÁRIA e do APOIADOR TÉCNICO, sempre que requisitado, sem ônus adicional. (Conforme Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, art. 49).

6.22- O acesso de que trata esta cláusula observará a Lei Geral de Proteção de Dados e os sigilos legalmente protegidos, limitando-se ao tratamento mínimo necessário ao exercício de fiscalização e auditoria, sem prejuízo da publicidade dos atos prevista na legislação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1- É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato, nas seguintes condições:



7.2- Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

7.3- A Contratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

7.4- É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela, ou os dirigentes desta, mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1- O presente contrato conta com garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com o descrito.

8.2- No ato da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, através de uma das modalidades previstas em lei, optando por uma das seguintes modalidades de garantia:

I- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II- Seguro-garantia;

III- fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

8.4- Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

8.5- A garantia mencionada servirá para o fiel cumprimento do contrato, respondendo inclusive pelas multas eventualmente aplicadas. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA deverá proceder a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados da data em que for notificado.

CLÁUSULA NONA- DO RECEBIMENTO DO OBJETO



9.1- O objeto do contrato será recebido:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, assinado pelas partes em 15(quinze) dias;
- b) definitivamente, pela fiscalização de aquisição, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria de 90 (noventa) dias, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, com apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS-MPS, relativa a aquisição em questão.

9.3- O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

9.4- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da aquisição ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

9.5- Em se tratando de projeto de aquisição, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1- A gestão e fiscalização exercerão controle com relação à qualidade da aquisição executados, através da(s) secretaria(s) competente(s).

10.2- O gestor do contrato possui atribuições e funções de administrar todo o contrato, desde sua concepção até a finalização.

10.3- O fiscal do contrato será designado, pela autoridade do órgão ou entidade, mediante expedição de portaria, para acompanhar e fiscalizar a prestação da aquisição.

10.4- Quando não houver nomeação específica, mediante expedição de portaria, o gestor do contrato será o secretário da secretaria requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

11.1- Comete infração administrativa o contratado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento da aquisição públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Pregão ELETRÔNICO ou a execução do contrato;
- i) fraudar a Pregão ELETRÔNICO ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- m) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2- O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela inobservância do inciso I, do subitem 11.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.3- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.4- Na aplicação das sanções serão considerados:

- I- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II- as peculiaridades do caso concreto;
- III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV- os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.5- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será feita judicialmente.

11.6- A aplicação das sanções previstas neste Edital, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



11.7- A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.8- Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.9- A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.10- O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.11- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.12- As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão aqui previstas e nos anexos a este Aviso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1- O presente contrato rege-se pelas disposições instituídas pela Lei Federal nº 14133/2024, e o disposto no Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2026, Processo nº 003/2026.

12.2- As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

12.3- A extinção do presente contrato observará o disposto nos artigos 137, 138 e 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de eventual penalidade aplicável, assegurado o contraditório e ampla defesa.

12.4- Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e pelas demais normas aplicáveis ao objeto e, subsidiariamente, pelas normas e princípio gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO



13.1- Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio de Içá/AM, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

As partes, por estarem justas e convencionadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio de Içá/AM, XX de XXXXXXXX de 2026.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE IÇÁ/AM

CNPJ n.º 04.532.057/0001-92

WALDER RIBEIRO DA COSTA

CPF sob nº 077.XXXXXXXXXX-72

CONTRATANTE

CONTRATADO

CIDADE

PRESÉPIO

13.03.56

Testemunhas:

1

2





TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Município de Santo Antônio do Içá/AM

1- OBJETO

1.1- Contratação de empresa especializada para a **Aquisição de um veículo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Santo Antônio de Içá/AM, conforme Termo de Convênio nº 09/2025-SEC**, conforme quantitativo abaixo e especificação técnicas constantes neste Termo de Referência, bem como, observando-se o disposto na Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais Legislação em vigor.

2- FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

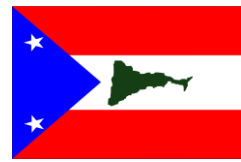
2.1- O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na Modalidade: PREGÃO, sob a Forma: ELETRÔNICA, com adoção do Critério de julgamento: pelo MENOR PREÇO. Nos termos dos artigos: art. 28 inciso I e Art. 56, pela Lei nº 14.133/2021.

3- JUSTIFICATIVA

3.1- Dentro da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá, a Secretaria Municipal de Cultura, por meio dos recursos oriundos do Convênio Nº 09/2025-SEC, firmado entre o Governo do Estado do Amazonas através da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SEC, inscrita no CNPJ sob o nº 01.801.623/0001-26, com sede na Rua Sete de Setembro nº 1546 - Vila Ninita, Anexo Centro Cultural Palácio Rio Negro, CEP 69.020 125, Centro.

3.2- A Secretaria Municipal de Cultura é responsável por planejar, executar e acompanhar projetos culturais, ações formativas, festivais, oficinas e eventos em geral, tanto na sede quanto nas comunidades rurais e ribeirinhas. Entretanto, a inexistência de um veículo próprio tem gerado entraves na execução dessas atividades, como a dificuldade no deslocamento de equipe técnica e transporte de materiais, além da dependência de outras secretarias ou de serviços terceirizados, o que compromete o cumprimento dos cronogramas e gera custos adicionais.

3.3- A aquisição do veículo permitirá maior autonomia da equipe, otimização do tempo e uso mais eficiente dos recursos públicos, garantindo a efetiva implementação das ações previstas nos programas culturais do município.



3.4- Ademais, contribuirá para o fortalecimento da política pública de descentralização cultural, possibilitando que as atividades cheguem com maior regularidade às comunidades mais distantes.

3.5- Portanto, a aquisição do veículo está diretamente vinculada à execução e ao sucesso deste Plano de Trabalho, sendo elemento essencial para assegurar a logística, a viabilidade e a continuidade das ações culturais no município de Santo Antônio do Içá/AM.

4- ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO DO VEÍCULO

4.1- Nos termos do inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que exige a descrição dos requisitos da contratação com base em critérios objetivos, técnicos e compatíveis com o uso pretendido, estabelece-se que o objeto desta licitação é a **aquisição de um (01) veículo automotor de passeio, novos (0 km), ano/modelo 2025 ou superior**, com as seguintes características mínimas obrigatórias:

a-) Características gerais do veículo:

- Tipo: picape compacta-média (ou intermediárias), caçamba com capacidade no mínimo de 600 litros;
- Combustível: Flex (etanol e gasolina);
- Motorização: motor 1.2 Turbo Flex, com injeção direta, até 141 cv (etanol) e 22,9 kgfm de torque;
- Transmissão: Manual, com no mínimo 5 marchas à frente e uma à ré ou automático;
- Direção com assistência hidráulica ou elétrica;
- Cor: Vermelha ou cor sólida padrão, de fábrica, com o objetivo de padronização, melhor identificação e manutenção da frota municipal.

b-) Estrutura e capacidade:

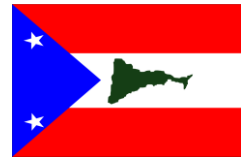
- Quatro portas laterais;
- Capacidade mínima para cinco ocupantes, incluindo o condutor.

c-) Itens obrigatórios de segurança:

- Airbags frontais (motorista e passageiro);
- Freios com sistema ABS;
- Cintos de segurança de 3 pontos em todos os assentos;
- Encostos de cabeça para todos os ocupantes.

d-) Itens de conforto e funcionalidade:

- Ar-condicionado;



- Vidros elétricos nas portas dianteiras;
- Travas elétricas;
- Limpador e desembaçador do vidro traseiro.

e-) Equipamentos e acessórios obrigatórios:

- Pneus novos, com selo do INMETRO, compatíveis com o modelo ofertado;
- Acompanhado de: o Estepe compatível com os demais pneus; o Macaco; o Chave de roda; o Triângulo de sinalização; o Manual do proprietário em português.

f-) Garantia e entrega:

- Garantia mínima exigida: 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, fornecida pelo fabricante;
- Os veículos deverão ser entregues prontos para uso, sem necessidade de qualquer providência adicional por parte da Administração Pública.

g-) Modelo de referência:

- Como referência de atendimento mínimo às especificações exigidas, cita-se o modelo MONTANA RS 2025 ou equivalente, observando-se a compatibilidade com todas as características técnicas e funcionais acima descritas.

5- VALOR ESTIMADO

5.1- Em atendimento ao disposto no inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de preços no mercado, visando a estimativa do valor da contratação para aquisição do veículo automotor. A pesquisa considerou cotações obtidas junto a concessionárias autorizadas e fornecedores reconhecidos, buscando modelos compatíveis com as especificações técnicas exigidas pela Administração. Foram consultados os seguintes valores:

- **Dodó veículos CNPJ nº 53.576.273/0001-45 Valor da Cotação R\$ 151.000,00;**
- **Mega Multimarcas CNPJ Nº 16.783.790/0001-69 Valor da Cotação R\$ 148.900,00;**
- **Valcar CNPJ 09.061.635/0001-73 Valor da Cotação R\$ 150.900,00.**

5.2- Considerando o princípio da economicidade, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e visando assegurar a melhor utilização dos recursos públicos, a estimativa de valor para a contratação foi definida com base no menor preço ofertado obtidos nas cotações realizadas, totalizando o valor de **R\$ 148.900,00 (cento e quarenta e oito mil e novecentos reais)** pela unidade. A utilização do menor preço ofertado, ponderada reflete a realidade de



mercado e garante maior segurança na definição do valor estimado, respeitando a vantajosidade para a Administração Pública. Ressalta-se que esta estimativa representa o limite máximo para julgamento das propostas, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e transparência. O levantamento de preços encontra-se devidamente documentado e será anexado aos autos, assegurando o devido controle e publicidade do processo.

6- EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1- Entrega dos veículos:

- No prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho;
- Em local previamente indicado pela Administração, dentro do território do município contratante.

6.2- Condições de entrega:

- Os veículos deverão ser entregues novos, com zero quilômetro, em perfeitas condições de uso, sem avarias externas ou internas, com todos os acessórios exigidos e documentação completa;

6.3- Documentação exigida no ato da entrega:

- Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV);
- Nota Fiscal emitida em nome do órgão público contratante;
- Termo de garantia do fabricante com validade mínima de 12 meses, sem limite de quilometragem;
- Manual do proprietário e chave reserva;
- Declaração de conformidade técnica assinada pelo fornecedor.

6.4- Responsabilidade da contratada:

- Responder pela qualidade dos veículos fornecidos, pela observância das exigências técnicas e legais e por eventuais vícios ou defeitos detectados no momento da entrega ou durante o período de garantia;
- Prestar os esclarecimentos e orientações técnicas necessárias ao órgão público, caso solicitado.

6.5- Recebimento definitivo:



- O recebimento será feito por comissão ou servidor designado, que verificará o atendimento a todas as especificações contratuais e a integridade dos veículos e documentos;
- Havendo conformidade, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, para fins de liquidação da despesa.

7- DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

7.1- Optou-se pelo não parcelamento do objeto, uma vez verificado a ausência de prejuízo. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, mas é imprescindível que a divisão deste seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala.

7.2- Na presente contratação não é viável tal divisão, já que se trata de apenas 1 (um) objeto, no caso veículo picape compacta-média (ou intermediárias).

7.3- Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais adequado tanto técnica quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, consequentemente, o mais adequado para promover a maior vantajosidade para o Município de Santo Antônio do Içá.

8- DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

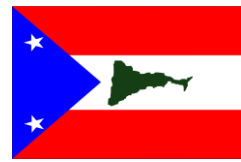
8.1- A LICITANTE deverá apresentar no momento do certame:

a) Atestado de Capacidade Técnica para comprovar a sua efetiva execução, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a boa e regular prestação de serviços, por no mínimo 12 (doze) meses, estando os mesmo em condições compatíveis com as especificações do Edital;

b) Poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já executou objeto similar ao da licitação, destacando-se a necessidade desse(s) atestado(s) demonstrar(em) que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, 10% (dez por cento) da quantidade que está proposta neste certame;

c) No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) documento(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo titular da pasta ou pelo responsável do setor competente do órgão. Para pessoa jurídica de direito privado, o(s) documento(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo representante legal;

d) A ausência de apresentação de documentação clara, legível e idônea, conforme Edital, tendo em vista as especificações do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada pelo Pregoeiro.

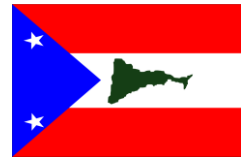


e) Comprovação de rede de assistência técnica própria ou autorizada pelo fabricante, capacitada para realizar serviços de entrega técnica, manutenção preventiva e corretiva, e fornecer peças e componentes;

9- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1- Constituem obrigações da contratada, além daquelas previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável:

- a) Fornecer veículos novos, zero quilômetro, ano/modelo 2025 ou superior, com todas as características e especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, em perfeitas condições de funcionamento, integridade mecânica e acabamento externo e interno;
- b) Proceder à entrega do veículo no prazo estabelecido, em local indicado pela contratante, acompanhados de todos os itens obrigatórios (manual do proprietário, chave reserva, estepe, macaco, chave de roda, triângulo, etc.);
- c) Responsabilizar-se integralmente por todos os custos necessários ao fornecimento, tais como: frete, seguro de transporte até a entrega, tributos incidentes sobre a operação, taxas e quaisquer encargos relacionados à disponibilização dos veículos;
- d) Garantir, no ato da entrega, que os veículos estejam sem emplacamento e sem registro de uso anterior, e providos de nota fiscal correspondente, com todas as informações exigidas pela legislação tributária vigente;
- e) Oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, conforme previsto nas condições do fabricante, cobrindo defeitos de fabricação e montagem, incluindo peças e mão de obra;
- f) Assegurar que os veículos entregues estejam com todos os pneus novos, com selo do INMETRO, bem como com os demais equipamentos de série exigidos pelas normas de segurança veicular e pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB);
- g) Substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, o veículo que apresentar defeito de fabricação ou não atender integralmente às especificações técnicas exigidas, sem ônus adicional para a contratante;
- h) Cumprir integralmente as normas legais e regulamentares aplicáveis à comercialização de veículos novos, responsabilizando-se por quaisquer sanções, multas, penalidades ou prejuízos causados por sua inobservância;
- i) Não ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto da contratação sem autorização expressa e prévia da Administração Pública;
- j) Responder civil e administrativamente por danos causados à contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas, omissões ou vícios na execução do objeto, inclusive durante o período de garantia;



D) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica exigidas no certame.

10- DA GARANTIA DO VEÍCULO

10.1- O prazo de garantia do fabricante deverá ser de, no mínimo 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo, sem limites de quilometragem, para defeitos de fabricação, montagem em componentes internos de motor e transmissão e para as demais peças e componentes elétricos do veículo.

10.2- O prazo de garantia deverá estar expresso na proposta da licitante.

10.3- A garantia será concedida por intermédio de certificado e o prazo da garantia contará a partir da data do recebimento definitivo do veículo.

10.4- Se a garantia ofertada pelo fabricante for maior que a ofertada pelo licitante, prevalecerá a que tiver maior tempo.

10.5- Os serviços de assistência técnica serão prestados por técnicos da fabricante e/ou empresa credenciada por ela.

10.6- Deverão ser realizados de acordo com as normas técnicas, se houver, e os procedimentos especificados e recomendados pela fabricante;

10.7- A ocorrência de qualquer defeito de funcionamento, coberto pela garantia, implicará a obrigação, por parte da CONTRATADA, da correção do problema no prazo de 30 (trinta) dias após a comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE.

10.8- A garantia abrange as manutenções preventivas recomendadas pela fabricante (revisões periódicas), incluindo-se a mão de obra, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

10.9- A CONTRATADA fica obrigada a repor as peças quando for comprovado que o defeito foi de fabricação. Não se aplica essa obrigação quando o dano ocorrer por falha humana ou pelo tempo de utilização do veículo (desgaste natural com o passar dos anos).

10.10- As despesas com deslocamento e hospedagem, bem como demais gastos relacionados com a equipe técnica correrão por conta da CONTRATADA, bem com os demais gastos relacionados com a equipe técnica.

10.11- No caso de manutenção preventiva/revisão, a CONTRATADA não poderá ultrapassar o prazo definido pela fabricante.

10.12- No caso de manutenção corretiva coberta pela garantia, o início do atendimento pela CONTRATADA não poderá ultrapassar o prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da solicitação do serviço.

10.13- O término do atendimento pela CONTRATADA, considerando o veículo em perfeito estado de uso, não poderá ultrapassar 5 (cinco) dias úteis do início do atendimento.



Decorridos os prazos estabelecidos, acima, sem o atendimento devido, ficará a CONTRATANTE autorizada a contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da licitante vencedora os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia do veículo ofertados.

10.14- A CONTRATADA deverá garantir a disponibilidade de componentes e peças de reposição para os produtos fornecidos durante todo o prazo de garantia, contado a partir da data de entrega de cada produto. Quando houver necessidade de substituição de materiais defeituosos pela CONTRATADA, a mesma se compromete a utilizar peças e conjuntos de reparação genuínos, não se admitindo a reposição com produtos recuperados.

10.15- Se o veículo permanecer indisponível em razão de itens (peças e componentes) e/ou serviços indisponíveis por impossibilidades e/ou deficiência logísticas da CONTRATADA, por mais de 60 (sessenta) dias, contados a partir do acionamento pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá repor veículo novo equivalente ou superior, sem quaisquer custos à contratante, no local de uso do veículo inoperante, a ser indicado pela CONTRATANTE, no dia subsequente a esse prazo, visando salvaguardar a administração pública dos prejuízos causados pela indisponibilidade do(s) veículo(s) adquirido(s)

11- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1- Constituem obrigações da contratante, além daquelas previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável:

- a)** Prestar as informações e os esclarecimentos que se fizerem necessários à fiel execução do objeto, sempre que solicitada pela contratada, desde que compatíveis com o interesse público e os termos do contrato;
- b)** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor ou comissão designada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, registrando todas as ocorrências que possam comprometer o fornecimento adequado dos bens contratados;
- c)** Receber provisoriamente os veículos no local previamente definido, procedendo à conferência física e documental do objeto, incluindo suas características técnicas e condições gerais, conforme o Termo de Referência;
- d)** Após conferência e validação das especificações, efetuar o recebimento definitivo dos bens e proceder à aceitação formal da entrega, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021;
- e)** Efetuar o pagamento à contratada no prazo estabelecido no contrato, contado a partir da data do recebimento definitivo dos veículos e após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pela fiscalização contratual;



- f) Comunicar formalmente à contratada qualquer irregularidade verificada na execução contratual, inclusive quanto a atrasos, defeitos ou divergência nas especificações, assegurando o contraditório e ampla defesa, quando cabível;
- g) Disponibilizar os recursos orçamentários necessários para o adimplemento da obrigação financeira assumida;
- h) Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento total ou parcial das cláusulas contratuais, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

12- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1- A contratação observará as seguintes condições:

12.1.1- O objeto contratado deverá atender integralmente às especificações e exigências constantes no Termo de Referência, sendo vedadas entregas parciais ou com características diferentes das previstas;

12.1.2- A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentações complementares e normativos municipais aplicáveis;

12.1.3- Serão desclassificadas as propostas que excederem o valor estimado da contratação, conforme levantamento de mercado previamente realizado e registrado nos autos;

12.1.4- Para fins de habilitação, serão exigidos os seguintes documentos, conforme previsão legal:

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual, ou contrato/estatuto social atualizado, devidamente registrado, com chancela digital ou em formato físico, conforme o caso;
- b) Documento oficial de identidade e CPF do responsável legal pela proposta, acompanhado de procuração, se aplicável;
- c) Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- d) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme a sede da empresa e sua atividade econômica;
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- f) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda ou Delegacia da Fazenda Estadual, dentro do prazo de validade;
- g) Certidão de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa, dentro do prazo de validade;
- h) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF), emitida pela Caixa Econômica Federal;



- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- j) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da comarca do domicílio da licitante, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à abertura do certame.

13- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REVISÃO DOS PREÇOS

13.1- Os pagamentos serão efetuados a vista, após a entrega do veículo, mediante a apresentação da respectiva Nota fiscal, devidamente conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhada para tramitação do processo de instrução e liquidação junto ao Setor de Contabilidade, para posterior envio ao Setor de Tesouraria, que efetuará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias.

13.2- No valor da Nota Fiscal deverão estar inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

14- DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1- Não será admitida a subcontratação do objeto.

15- PRAZO DA CONTRATAÇÃO

15.1- Previsão de 02 meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

15.2- A presente contratação poderá ser prorrogada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e alterações.

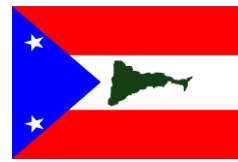
15.3- Havendo necessidade de alteração do prazo vigência, será celebrado Termo Aditivo, através do qual serão renovados os quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

15.4- A prorrogação será precedida de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste.

15.5- Os preços ora contratados poderão ser reajustados anualmente pelo índice Federal do IPCA/IBGE.

16- DA CONTRATAÇÃO

16.1- O licitante vencedor será convocado a comparecer ao Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal, para assinatura do contrato, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.



16.1.1- No ato da assinatura do contrato, a empresa adjudicatária deverá apresentar os seguintes documentos atualizados:

- a)** Declaração formal de que fornecerá veículos novos (zero quilômetro), ano/modelo 2025, conforme especificações constantes no Termo de Referência;
- b)** Comprovante de vínculo com concessionária autorizada ou fabricante, ou ainda nota fiscal proforma que comprove a origem e a disponibilidade dos veículos ofertados;
- c)** Comprovação da garantia mínima de 12 (doze) meses para os veículos, conforme exigência do item técnico do edital, expedida pelo fabricante ou concessionária responsável;
- d)** Declaração de que os veículos serão entregues sem emplacamento, com pneus novos, equipamentos obrigatórios e acompanhados de chave reserva, manual do proprietário e demais itens previstos no Termo de Referência.

16.2- O não atendimento injustificado à convocação para assinatura do contrato dentro do prazo estabelecido poderá implicar decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nos arts. 80 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

17- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1- Comete infração administrativa nos termos do Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Contratada que:

- a)** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h)** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.2- O descumprimento de qualquer exigência deste Termo acarretará no que couber, a aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 artigos 155 e 156 e seus incisos, sem desconsiderar a responsabilidade civil e criminal.



18- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Natureza da Despesa (Classificação)			Indicar Físico		Valor R\$	
Item	Código da Despesa	Especificação da Despesa	Unid.	Quant.	Unitário	Total
1	449052	Equipamentos e Material Permanente	und	1	148.900,00	148.900,00

19- DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1- Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão designados o Gestor e o Fiscal do Contrato, que serão responsáveis por acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.2- Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio dos gestores e fiscais do contrato, ou por comissão de recebimento.

19.3- Suspender o processo de pagamento se o veículo for entregue em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.

19.4- Rejeitar no todo ou em parte o veículo fornecido, se em desacordo com as especificações estabelecidas no presente Termo de Referência.

19.5- O Licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

19.5.1. Advertência, para infrações contratuais de natureza levíssima, nos casos de inexecução parcial ou defeituosa que não causem prejuízos irreparáveis ao interesse público, se não se justificar a aplicação de penalidade mais grave;

19.5.2. Multa, nas seguintes hipóteses:

19.5.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de recusa do fornecedor em assinar o contrato;

19.5.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor homologado não realizado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

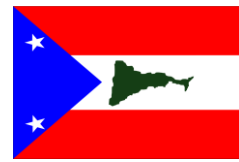
19.5.2.3. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor homologado em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.5.2.4. Multas moratórias de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia, em caso de atraso na entrega até o décimo quinto dia de atraso, se o objeto não for entregue na data prevista, sem justificativas aceitas pela CONTRATANTE. A partir do décimo quinto dia a Administração poderá considerar inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da extinção unilateral de avença;

19.5.2.5. Multa de 5% (cinco por cento) quando o licitante convocado no âmbito do procedimento licitatório deixar de entregar documentação/proposta ou amostra/ficha



ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ
GABINETE DO PREFEITO



técnica ou deixar de realizar vistoria técnica ou não manter a proposta de preço calculado sobre o valor ofertado para a licitação;

19.5.2.6. Multa de 20% (vinte por cento) quando o licitante no âmbito do procedimento licitatório apresentar documentação falsa ou com conteúdo inverídico, prestar declaração falsa, fraudar a licitação, comportar-se de modo inidôneo, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, calculado sobre o valor estimado para a contratação.

19.5.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave prevista no subitem 12.1.10, observadas as seguintes situações:

19.5.3.1. Pelo prazo de até 6 (seis) meses quando o proponente/contratado deixar de entregar documentação/proposta ou amostra/ficha técnica ou deixar de realizar vistoria técnica para o certame.

19.5.3.2. Pelo prazo de até 12 (doze) meses quando:

19.5.3.2.1. Não manter a proposta para o certame, quando encerrada a etapa competitiva, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.5.3.2.2. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

19.5.3.3. Pelo prazo de 12 (doze) meses a 36 (trinta e seis) meses quando:

19.5.3.3.1. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.5.3.3.2. Der causa à inexecução total do contrato;

19.5.3.3.3. Não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

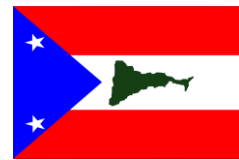
19.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, ao licitante ou contratado que:

19.5.4.1. Apresentar declaração ou documentação falsa ou com informações inverídicas destinada a prejudicar a veracidade de seu teor original exigida para o certame ou a execução de contrato;

19.5.4.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.5.4.3. Comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, considera-se como comportamento inidôneo, a prática atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração de caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, ou a indução deliberada a erro de julgamento;

19.5.4.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



- 19.5.4.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 19.5.5. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente ou não à penalidade quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave;
- 19.5.7. A aplicação de sanções administrativas previstas, realizar-se-á por meio de processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 47.133/2023.
- 19.5.8. As infrações administrativas cometidas no curso do certame serão aplicadas pelo Agente de Contratação com autorização do Prefeito Municipal, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes;
- 19.5.9. As notificações, inclusive de abertura, no curso do processo administrativo serão efetuadas por meio de endereço eletrônico, sendo dever do licitante manter atualizado o seu cadastro, não podendo alegar o desconhecimento das comunicações como justificativa para se eximir das responsabilidades administrativas ou eventuais sanções aplicadas.
- 19.5.10. As infrações administrativas praticadas após a adjudicação do certame ou no âmbito contratual serão aplicadas pela autoridade competente do órgão CONTRATANTE que comunicará o Agente de Contratação, em até 05 (cinco) dias, a ocorrência da publicação da penalidade

20- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1- Não será admitida a SUBCONTRATAÇÃO, pois está apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase, etapa ou aspecto requeira a participação de terceiros em razão dos princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso.
- 20.2- Não será permitida a participação em CONSÓRCIO, tendo em vista que o objeto e a natureza da aquisição não necessitam da exigência aventada.
- 20.3- Quaisquer eventuais pedidos de esclarecimento e impugnação aos termos do Edital acerca do objeto da licitação deverão ser encaminhados tempestivamente via Sistema e comprasnet.
- 20.4- A administração Pública poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade ou revogar por interesse público devidamente comprovado.



**ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ
GABINETE DO PREFEITO**



20.5- Caberá ao fiscal e/ou ao gestor do contrato decidir os casos omissos, relativos às especificações ou quaisquer documentos a que se refiram, direta ou indiretamente, à aquisição em questão.

Santo Antônio do Içá/AM, 12 de fevereiro de 2026.

**Responsável pela elaboração
Agente de Contratação**



PREFEITURA DE
**SANTO ANTÔNIO
DO IÇÁ**

Cidade Presépio
ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ

MAPA COMPARATIVO DA COTAÇÃO REALIZADA

ITEM PLANO DE TRABALHO	EMPRESA COTADA CNPJ Nº	VALOR DA COTAÇÃO
1	Dodó veículos CNPJ nº 53.576.273/0001-45	151.000,00
1	Mega Multimarcas CNPJ Nº 16.783.790/0001-69	148.900,00
1	Valcar 09.061.635/0001-73	150.900,00

MELHOR PREÇO	EMPRESA VENCEDORA	VALOR
148.900,00	Mega Multimarcas CNPJ Nº 16.783.790/0001-69	148.900,00

Santo Antônio do Içá (AM), 13 de outubro de 2025.

Walder Ribeiro da Costa
Prefeito Municipal de Santo Antônio do Içá



Av. Álvaro Maia, s/n - Centro - Santo Antônio do Içá - AM
CEP: 69.680-000 - CNPJ: 04.532.057/0001-92
e-mail Prefeitura: pref.sai.am@gmail.com

